



EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E A PRESERVAÇÃO DA LÍNGUA MATERNA: UM ESTUDO SOBRE O ALFABETO INY RYBE

Indigenous school education and the preservation of the mother tongue: a study on the iny rybe alphabet

RESUMO

A educação escolar indígena contemporânea constitui um pilar fundamental para a autodeterminação e preservação identitária dos povos originários. Este artigo objetiva analisar a aplicação prática de metodologias pedagógicas diferenciadas em territórios tradicionais, com ênfase no uso do Alfabeto Iny Rybe no processo de alfabetização com vistas a compreender como a preservação da língua materna na educação escolar indígena pode assegurar a preservação da identidade cultural dos povos originários e sua relação com a efetividade dos direitos humanos. A metodologia caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de cunho documental, fundamentada na análise de materiais didáticos específicos e relatos de experiências em escolas das comunidades Javaé e Karajá, localizadas no Estado do Tocantins. Os resultados evidenciam que a utilização de ferramentas que respeitam a fonética nativa e a iconografia local fortalece a autoestima cultural e mitiga o impacto do apagamento linguístico e, portanto, cultural de comunidades tradicionais. Conclui-se que a consolidação de uma educação bilíngue e intercultural é indispensável para garantir que o indígena ocupe espaços acadêmicos e profissionais, como o campo da saúde, sem abdicar de sua herança ancestral, promovendo o protagonismo e a quebra de estereótipos que foram construídos desde o processo de colonização do Brasil, consolidando o direito constitucional à dignidade.

Mariella Florinda de Alcântara Farias

Engenheira de Produção. Discente do Curso de Medicina do Centro Universitário Arnaldo Horácio Ferreira (UNIFAAHF).

Orcid: 0009-0001-9430-9820

Suellem Aparecida Urnauer

Doutora em Ciências Jurídicas pela Universidade do Minho (UMinho/PT). Mestra em Direito pela UniFG. Professora Universitária. Coordenadora do curso de Direito e Professora do Centro Universitário Arnaldo Horácio Ferreira (UNIFAAHF). Advogada.

Orcid: 0000-0002-4909-0364

PALAVRAS-CHAVES: Bilinguismo; Direitos culturais; Ensino; Povos indígenas.



ABSTRACT

**Mariella Florinda de
Alcântara Farias:**
mariellaflorinda@gmail.com

Contemporary indigenous school education constitutes a fundamental pillar for the self-determination and identity preservation of original peoples. This article aims to analyze the practical application of differentiated pedagogical methodologies in traditional territories, focusing on the use of the Iny Rybe Alphabet in the literacy process. It seeks to understand how the preservation of the mother tongue in indigenous school education can ensure the cultural identity of original peoples and its relationship with the effectiveness of human rights. The methodology is characterized as qualitative documentary research, based on the analysis of specific teaching materials and experience reports from schools in the Javaé and Karajá communities, located in the State of Tocantins. The results show that the use of tools that respect native phonetics and local iconography strengthens cultural self-esteem and mitigates the impact of linguistic and, therefore, cultural erasure in traditional communities. It is concluded that the consolidation of bilingual and intercultural education is essential to ensure that indigenous people occupy academic and professional spaces, such as the health field, without renouncing their ancestral heritage, promoting protagonism and breaking stereotypes built since the colonization of Brazil, thus consolidating the constitutional right to dignity.

Recebido em: [15-02-2026]
Publicado em: [07-05-2026]

KEYWORDS: Bilingualism; Cultural rights; Teaching; Indigenous peoples.

INTRODUÇÃO

A trajetória da educação escolar indígena no Brasil é fundamentada em marcos regulatórios que visam garantir a autonomia e a preservação identitária. No plano internacional, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelece o direito dos povos originários de controlarem seu próprio desenvolvimento cultural e educacional. No Brasil, este dispositivo está consolidado pelo Decreto nº 10.088/2019, que reforça o dever do



Estado em respeitar as crenças, instituições e línguas desses povos, permitindo-lhes participar ativamente da formulação de programas que os afetem diretamente (BRASIL, 2019).

Na prática, este suporte legal reflete-se em políticas públicas de gestão territorializada. Um exemplo recente ocorreu em 2025, no estado do Tocantins, onde a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) realizou um processo seletivo exclusivo para gestores indígenas e quilombolas. A exigência de pertencimento étnico validado por lideranças e o domínio dos aspectos socioculturais do povo local evidenciam um movimento de valorização da autonomia das comunidades (TOCANTINS, 2025). Segundo Karajá (2025), o estado do Tocantins conta atualmente com oito povos que ofertam educação escolar indígena (Apinajé, Awa-Canoeiro, Javaé, Karajá, Karajá-Xambioá, Krahô, Krahô-Kanela e Xerente). O modelo predominante é o bilinguismo, no qual os anos iniciais ocorrem na língua materna e as séries subsequentes integram a língua portuguesa, assegurando tanto o fortalecimento da cultura quanto o suporte necessário para o acesso ao ensino superior.

A eficácia desse modelo pedagógico reside na produção de materiais didáticos próprios, elaborados por professores da própria etnia. É neste contexto que se insere o Alfabeto Iny Rybe, com sua cartilha elaborada pelo professor Rogério Kusiwana Javaé (2025), que atua na Escola Indígena Watakuri na Ilha do Bananal (TO), transmitindo a língua materna e tradições do povo Javaé. Esta cartilha não apenas sistematiza a escrita das línguas Karajá e Javaé, mas correlaciona o ensino às imagens do cotidiano das aldeias, facilitando a fixação do conteúdo. A aplicação prática desse material pode ser observada em instituições como a Escola Indígena Watakuri, em Formoso do Araguaia (TO), onde a visualização constante da grafia Iny Rybe nas paredes da escola atua como um reforço à alfabetização e à identidade visual (ESCOLA INDÍGENA WATAKURI, 2025).

Conforme explanado na obra *Iny rybè my Ijyy: alfabeto Javaé contextualizado*, de Araújo e Souza (2023), a língua materna indígena assume um papel que ultrapassa a comunicação básica, sendo o alicerce para a manutenção da autonomia pedagógica e cultural do povo Iny. Os autores destacam que a língua é o veículo de transmissão de saberes tradicionais que não encontram equivalência na língua portuguesa, tornando o ensino bilíngue essencial para a preservação do patrimônio imaterial. Nesse sentido, a língua indígena é fundamental para o fortalecimento cultural pois garante que o processo de escolarização ocorra sob a ótica da própria comunidade, permitindo que o estudante Javaé se reconheça no material didático e



utilize sua gramática nativa como uma ferramenta de afirmação de identidade e resistência frente às pressões da sociedade envolvente.

Silva (2021) no seu livro *Fundamentos e práticas de alfabetização de crianças pelos conhecimentos indígenas*, afirma que a alfabetização no contexto da educação intercultural deve deslocar o foco dos métodos tradicionais para a própria criança e seu papel social na comunidade. Nessa ótica, o estudante é compreendido como um sujeito ativo em sua aprendizagem, capaz de construir conhecimento por meio da interação, do lúdico e da investigação, rompendo com a passividade pedagógica. A autora enfatiza que o indivíduo indígena já ingressa no ambiente escolar com uma leitura apurada de sua realidade, interpretando os símbolos da natureza e os saberes transmitidos pela ancestralidade e pelo cotidiano. Dessa forma, a integração de metodologias de co-pesquisa orientadas pelo docente permite que o processo de escrita seja um desdobramento desses saberes prévios, consolidando-se como uma estratégia eficaz para a valorização linguística e o fortalecimento da identidade cultural.

A dimensão política da alfabetização indígena é ampliada pelas reflexões de Graúna (2013) em sua obra *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. A autora define a produção escrita dos povos originários como um espaço de resistência e biografia capaz de superar as visões coloniais que historicamente silenciaram essas populações. Para Graúna, a transição da oralidade para o registro escrito não deve ser um processo de perda, mas de criação de um híbrido que preserva a memória coletiva e a sabedoria dos mitos. Ao posicionar a literatura e o letramento como ferramentas de luta territorial e afirmação de identidade a autora reforça que o domínio da escrita permite que o sujeito indígena deixe de ser um objeto de estudo para se tornar o protagonista de sua própria narrativa.

Diante deste panorama, a hipótese deste artigo é que a utilização de ferramentas pedagógicas contextualizadas, como o Alfabeto Iny Rybe, é o que garante a solidez da educação bilíngue e o sucesso da transição para o ensino superior. O objetivo é analisar o impacto dessa alfabetização na manutenção da cultura indígena e sua importância como instrumento para assegurar a efetividade de direitos culturais.

MATERIAL E MÉTODOS



Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa, fundamentado nos procedimentos de pesquisa documental e bibliográfica. O cenário do estudo compreende o panorama da educação escolar indígena no Estado do Tocantins, com foco específico nas práticas pedagógicas das etnias Javaé e Karajá.

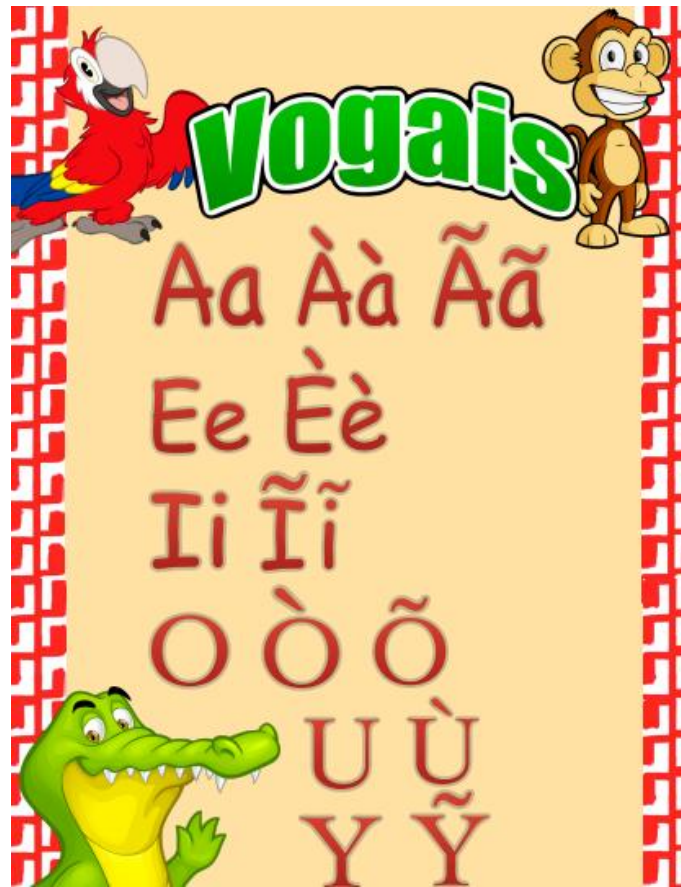
O *corpus* de análise foi constituído por três fontes principais, integrando documentos normativos, como o Decreto Federal nº 10.088/2019, os editais da Secretaria de Educação do Tocantins (SEDUC-TO) de 2025, e o material pedagógico representado pela cartilha do Alfabeto Iny Rybe, desenvolvida pelo professor Rogério Kusiwana Javaé para análise de sua estrutura fonética e iconográfica. Adicionalmente, o estudo valeu-se de relatos de experiência e comunicações pessoais, que contemplaram informações técnicas fornecidas pelo Gerente de Educação Indígena do Tocantins Railton Moreira Txebruaré Karajá.

Os critérios de inclusão envolveram materiais e dados atualizados (ano base 2025) que abordassem o bilinguismo e a gestão escolar indígena. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, correlacionando as práticas observadas com as diretrizes da Convenção 169 da OIT. Por tratar-se de uma pesquisa baseada em documentos de domínio público e comunicações teóricas sobre educação, sem intervenção direta ou riscos aos participantes, o estudo seguiu os preceitos éticos de fidedignidade e citação de fontes.

RESULTADOS

Os resultados demonstram que a preservação da língua materna nas comunidades Javaé e Karajá ocorre por meio da sistematização ativa do Alfabeto Iny Rybe, consolidada na cartilha elaborada pelo professor Rogério Kusiwana Javaé (2025). A estrutura fonética apresentada no material destaca a complexidade das vogais utilizadas pela etnia, estabelecendo uma base gramatical que respeita a sonoridade original e permite a codificação da tradição oral em um sistema de escrita próprio.

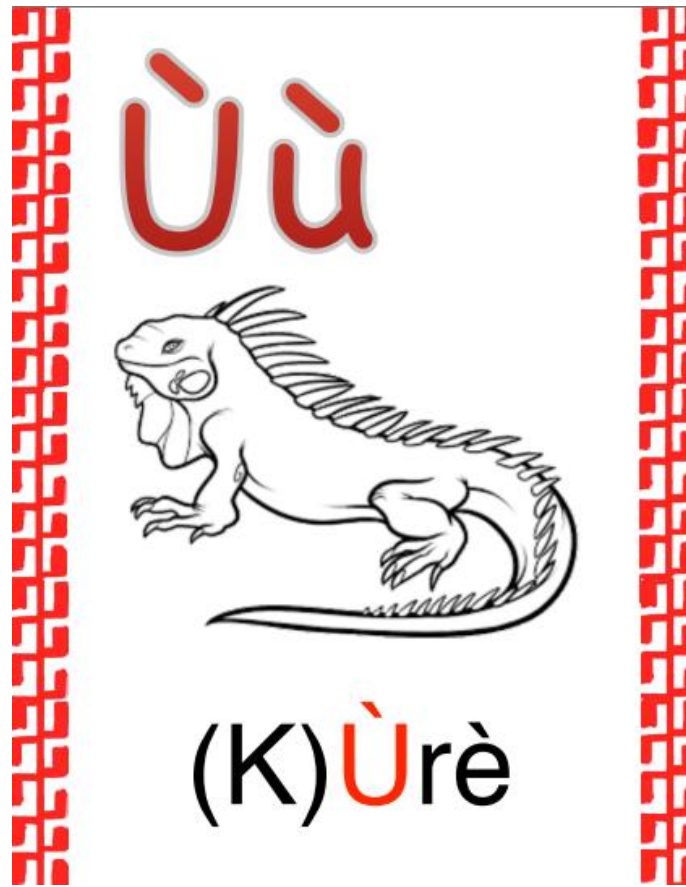
Figura 1: Página 01 cartilha do alfabeto Iny Rybe



Fonte: Javaé (2025)

Este material cumpre um papel técnico e identitário fundamental ao converter o conhecimento ancestral em uma didática visual contextualizada. Ao apresentar elementos da fauna local associados à sua grafia em Iny Rybe, a cartilha promove uma correlação imediata com a realidade vivenciada pelos alunos, transformando o processo de alfabetização em uma extensão do ambiente comunitário e garantindo que o ensino seja, acima de tudo, representativo.

Figura 2: Página 16 cartilha do alfabeto Iny Rybe



Fonte: Javaé (2025)

Diferente de materiais genéricos, a cartilha utiliza a iconografia da fauna, flora e objetos tradicionais para ancorar o aprendizado, criando um ambiente de imersão linguística em instituições como a Escola Watakuri. Nesse contexto, a fixação visual dessas grafias nas paredes da unidade escolar confere à língua nativa o mesmo status de prestígio que o português, combatendo o apagamento cultural e fortalecendo a identidade visual dos estudantes desde os primeiros anos de alfabetização.

Figura 3: Atividades escolares na língua Iny ribe fixadas na parede



Fonte: Escola Indígena Watakuri (2025)

Essa estrutura integra-se ao modelo de ensino bilíngue consolidado no Tocantins para oito povos, onde a alfabetização ocorre prioritariamente na língua materna nos anos iniciais. Segundo o relato do professor Railton Karajá (2025), essa base sólida é o que garante o sentimento de pertencimento, atendendo ao Decreto nº 10.088/2019, que assegura aos povos indígenas o controle de suas instituições e formas de vida. Assim, o bilinguismo praticado garante que conhecimentos tradicionais, como os rituais do projeto Iny Bèdènyynana, sobrevivam às pressões externas.

Figura 4: Projeto INY BÈDÈNYNANA da Escola Indígena Watakuri



Fonte: Escola Indígena Watakuri (2025)

A relação entre essa base linguística e o protagonismo profissional revela-se crítica, visto que a educação diferenciada mitiga a insegurança e a "vergonha" em público, fatores que frequentemente contribuem para a evasão de estudantes indígenas nas universidades. O Alfabeto Iny Rybe atua, portanto, como um alicerce emocional que permite ao indígena ocupar espaços de alta complexidade, conferindo sentido à premissa de que é possível transitar entre dois mundos com segurança e dignidade, sem abdicar da própria identidade. Por fim, os dados reforçam que a continuidade dessa preservação depende de uma gestão escolar ética e autônoma, conforme proposto pelo edital da SEDUC-TO (2025), assegurando que o uso de materiais específicos seja mediado por lideranças que possuam pleno domínio dos aspectos socioculturais e linguísticos de seu povo.

DISCUSSÃO

As evidências apresentadas demonstram que a preservação da língua materna, materializada no Alfabeto Iny Rybe, não é apenas um exercício pedagógico, mas a efetivação



de um direito humano fundamental. Ao confrontar os dados com a literatura sobre educação intercultural, observa-se que a autonomia na produção de materiais didáticos, conforme preconizado pela Convenção 169 da OIT (BRASIL, 2019), atua como o principal antídoto contra o "etnocídio linguístico", que surgiu em 1757 pelo Marquês de Pombal onde houve a proibição do ensino e uso das línguas indígenas, substituído pelo português.

Diferente do modelo integracionista do passado, a discussão atual, corroborada pelos relatos do professor Railton Karajá (2025), aponta que o sucesso do estudante em espaços profissionais está diretamente ligado à sua resiliência cultural. A teoria da educação diferenciada sustenta que a alfabetização na língua materna fornece a base cognitiva necessária para que o português seja aprendido como uma ferramenta de diálogo, e não de substituição. Assim, a máxima "Eu posso ser você, sem deixar de ser quem sou" de Idjarruri Karajá transcende o campo afetivo e torna-se uma diretriz para a prática educacional: o fortalecimento da identidade original é o que permite a ocupação de espaços de poder.

Contudo, o estudo apresenta limitações. A análise concentrou-se primordialmente no estado do Tocantins, não abrangendo a totalidade das etnias brasileiras que sofrem com a carência de materiais como o Alfabeto Iny Rybe. Além disso, a dependência de plataformas digitais (redes sociais) para a documentação de práticas escolares indica uma lacuna na sistematização oficial desses dados pelo poder público.

Para pesquisas futuras, observa-se a importância da investigação do impacto do ensino bilíngue no desempenho específico de estudantes indígenas em exames nacionais e no ingresso em cursos de saúde. Conclui-se que o avanço do conhecimento sobre o tema depende de reconhecer que a língua materna deve ser compreendida como o fio condutor que une a aldeia à universidade, servindo como instrumento de efetivação dos direitos humanos. Ao assegurar esse direito, garante-se que o progresso científico não signifique o abandono da herança ancestral, mas sim uma forma de dignidade da pessoa humana e de proteção ao patrimônio imaterial dos povos originários, consolidando sua autonomia jurídica e social.

CONCLUSÃO

A presente investigação confirma que a educação escolar indígena voltada para os saberes e costumes de cada povo, fundamentada no uso do Alfabeto Iny Rybe, é o mecanismo primordial para a preservação da língua materna e a garantia da efetivação dos direitos culturais.



A resposta à questão central deste estudo revela que ferramentas pedagógicas contextualizadas e territorializadas não apenas facilitam a alfabetização bilíngue, mas atuam como instrumentos de resistência que combatem o apagamento identitário histórico. Ao validar a fonética e a iconografia própria das etnias Javaé e Karajá, o sistema de ensino deixa de ser um espaço de aculturação e torna-se um pilar de fortalecimento psicossocial, permitindo que o estudante indígena acesse espaços como universidades, cargos públicos e profissões consideradas socialmente como de prestígio, sem abdicar de sua herança ancestral.

Os resultados deste estudo evidenciam que a eficácia pedagógica em territórios tradicionais está intrinsecamente ligada à autonomia da gestão escolar indígena. Superando a limitação do recorte regionalizado, a pesquisa recomenda a ampliação de políticas públicas para a produção de materiais didáticos específicos, reforçando que o diálogo intercultural, mediado pelo bilinguismo, é o ponto chave para o fortalecimento identitário. Conclui-se que o bilinguismo não deve ser apenas um facilitador técnico, mas a base que garante o protagonismo do indígena na sociedade atual e a efetivação de seus direitos fundamentais. Essa estrutura permite que o indivíduo transite em novos campos profissionais como um exercício de cidadania plena, sem renunciar à sua essência, à sua história e ao seu direito inalienável de preservação da herança ancestral.

AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

A autora expressa seu profundo agradecimento ao Professor Railton Moreira Txebruaré Karajá, Gerente de Educação Indígena do Tocantins, pela disponibilidade e pela valiosa entrevista concedida, cujos relatos foram essenciais para a compreensão da realidade pedagógica nos territórios tradicionais. Estendo os agradecimentos ao Professor Rogério Kusiwana Javaé, pela generosidade ao compartilhar a cartilha do Alfabeto Iny Rybe, documento que constituiu a base documental desta pesquisa. Agradeço, ainda, à minha orientadora pela condução técnica deste estudo e a comunidade da Escola Indígena Watakuri.

O presente estudo não contou com financiamento de agências de fomento, sendo realizado com recursos próprios.

REFERÊNCIAS



ARAÚJO, Marcilene; Souza, Sofia. **Iny rybè my Ijyy: alfabeto Javaé contextualizado**. Campinas: Pontes Editores, 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019. Anexo LXXII, convenção nº 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/D10088.htm#anexo72. Acesso em: 01 de nov. 2025.

ESCOLA INDÍGENA WATAKURI. Assessoramento do 2º semestre da SER Gurupi, Escola Indígena Watakuri. Instagram, 04 de nov. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DQp-RaRkQAA/?img_index=3&igsh=MWpmeW52eW8yN2R6MQ==. Acesso em: 10 de nov. 2025.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

JAVAÉ, Rogério Kusiwana. **Alfabeto Iny Ribe [comunicação pessoal]**. 31 de out. 2025 [para] FARIAS, Mariella Florinda de Alcântara.

JAVAÉ, Rogério Kusiwana. Culminância do projeto INY BÈDÈNYYNANA, Cultura do povo Javaé, escola indígena Watakuri. Instagram, 27 de abr. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DI8xPC1u67m/?img_index=15&igsh=MXQ4aXoybjQxbWl0ZA==. Acesso em: 10 de nov. 2025.

KARAJÁ, Railton Moreira Txebruaré. **Educação escolar indígena no Tocantins [comunicação pessoal]**. 31 de out. 2025 [para] FARIAS, Mariella Florinda de Alcântara.

SILVA, Maria do Socorro Pimentel. **Fundamentos e práticas de alfabetização de crianças pelos conhecimentos indígenas**. Campinas: Pontes Editores, 2021.

TOCANTINS, Secretaria da Educação. **Governo do Tocantins abre inscrições para seleção de diretores de escolas indígenas e quilombolas da rede estadual**. 2025. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/noticias/governo-do-tocantins-abre-inscricoes-para-selecao-de-diretores-de-escolas-indigenas-e-quilombolas-da-rede-estadual/1g8gs5xt331>. Acesso em: 30 de out. 2025.